

## IV. ENSAIOS

### **O COLONIALISMO INFORMAL DA EGIPTOLOGIA: DA MISSÃO FRANCESA AO ESTADO DE SEGURANÇA**

*Christian Langer*<sup>1</sup>

*Tradução de Thais Rocha da Silva*

#### RESUMO

Esta contribuição é uma revisão crítica da história colonial da Egiptologia. Ele traça o desenvolvimento do campo desde seus primeiros dias sob o colonialismo europeu e a competição geopolítica intraeuropeia até o advento do controle egípcio nos tempos atuais. A exploração do passado do Egito antigo foi enquadrada como parte de uma missão civilizadora por meio da qual a Europa arrancaria o Egito das garras da dominação otomana e restauraria a terra à sua antiga grandeza, e também como um veículo para os interesses ocidentais no Nordeste da África. Por meio da Bíblia cristã e do antigo domínio grego e romano, o Egito foi posicionado como uma forma inicial de civilização ocidental, portanto, reforçando as reivindicações europeias sobre a área e possibilitando a apropriação da história egípcia. Estudiosos europeus, ao promoverem a ideia do antigo Egito como um paraíso perdido e paternalista, criaram uma estrutura ocidentalizada e um enquadramento e centro-ocidental para seu estudo, que ainda hoje inspira os padrões de produção do conhecimento, o qual pode ser identificado na produção acadêmica dos centros geográficos e nas línguas primárias em que são produzidos. Os egípcios, cada vez mais autônomos desde a descolonização formal na década de 1950, posteriormente adotaram e mantiveram as práticas estabelecidas quando o controle formal sobre o passado egípcio passou para suas mãos. As narrativas coloniais da antiguidade foram usadas para apoiar o turismo como uma economia vital e

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando na Universidade de Pequim e pesquisador visitante no Centre for History and Culture, no BNU-HKBU United International College in Zhuhai, China. E-mail: langerc@zedat.fu-berlin.de

passaram a servir ao nacionalismo egípcio e à legitimação das relações de poder existentes, enquadrando a história egípcia como um contínuo do governo do homem forte. O artigo traça essa transição do colonialismo formal para o informal ao discuti-la a partir de conceitos descoloniais, tal como a matriz colonial de poder.<sup>2</sup>

#### PALAVRAS-CHAVE

História da Egiptologia; Decolonialidade; Eurocentrismo.

---

<sup>2</sup> Esta contribuição, que foi gentilmente traduzida para o Português por Thais Rocha da Silva (Universidade de Oxford, Universidade de São Paulo), é baseada em meu artigo *The Informal Colonialism of Egyptology: From the French Expedition to the Security State*, publicado em Woons e Weier (2017). Aproveitei esta oportunidade para incluir informações que foram omitidas na versão original, tais como citações e outras informações adicionais, devido a restrições da publicação. Para a atual versão, incluí referências que foram publicadas após o prazo de submissão do artigo original, fazendo deste texto o mais completo baseado na minha concepção original. Tal qual na publicação original, gostaria de agradecer: Anna Carastathis (University of the Aegean), William Carruthers (European University Institute), Kyra Gospodar (Free University of Berlin), Walter D. Mignolo (Duke University), Juan Carlos Moreno García (Paris-Sorbonne University), Stephen Quirke (University College London), Thais Rocha da Silva (University of Oxford), Sebastian Weier (Saarland University), Marc Woons (University of Leuven), Justin Yoo (King's College London), e um colega egípcio (quem, por motivos de segurança, precisa permanecer anônimo) por seus *insights*, comentários e sugestões.

### 1. *Introdução: Egiptologia como produto do colonialismo*

A disciplina acadêmica da Egiptologia surgiu na Europa em finais do século XVIII e início do século XIX à medida que os europeus se apropriaram do conhecimento sobre o Oriente Médio. Este artigo mostra como a disciplina tem sido parte da colonialidade [*coloniality*] desde sua criação, e como foi subsequentemente utilizada pelas elites egípcias para dar estabilidade à sua nova posição.

Uma vez que anteriormente os estudiosos árabes haviam tentado dar sentido aos vestígios do Egito antigo (El Daly, 2005), a criação da Egiptologia moderna – dominada pelos Europeus – coincidiu com a expedição francesa, ou a posterior invasão egípcia, em 1798. Os militares franceses tentaram romper a rota comercial inglesa para a Índia (Said, 2003, p. 76) e adquirir colônias na África e na Ásia (Burleigh, 2007, p. vii). As forças francesas contavam também com estudiosos, historiadores e cientistas naturais<sup>3</sup>, cuja missão era explorar o Egito de todas as maneiras possíveis por meio do mapeamento de sua paisagem e monumentos<sup>4</sup>. O resultado foi a primeira pesquisa científica sobre o Egito – pelo menos no sentido europeu. Os estudiosos árabes estudaram locais egípcios antigos ao longo dos séculos<sup>5</sup>. Essa pesquisa propiciou a decifração da escrita hieroglífica, bem como a capacidade de ler e entender as línguas egípcias. A partir de 1809, as descobertas da expedição foram publicadas na *Description de l'Égypte*, pela *Commission des sciences et arts d'Égypte*, da França<sup>6</sup>. Em outras palavras, a gênese da Egiptologia ocidental ocorreu em paralelo ao imperialismo europeu, ou seja, o colonialismo no Oriente Médio (Reid, 1985, p. 234)<sup>7</sup>. Tal situação coincidiu também com a criação do *Orientalismo* moderno (Said, 1994, p. 117-118; 2003, p. 83-88)<sup>8</sup>. Desde então a Europa, ou, mais especificamente, o Ocidente passou a ter a hegemonia dos estudos sobre o Egito antigo.

---

<sup>3</sup> Sobre a arqueologia da França Revolucionária, ver Margarita Díaz-Andreu (2007, pp. 60-78).

<sup>4</sup> Sobre o papel de cientistas e como eles auxiliaram na orientalização contemporânea do Egito, ver Burleigh (2007).

<sup>5</sup> Para mais informações sobre a Egiptologia autóctone, anterior à invasão francesa, ver Okasha El Daly (2005) e Louise L. Wynn (2007).

<sup>6</sup> A *Description de l'Égypte* em vários volumes foi o primeiro estudo sistemático do Egito antigo e contemporâneo conduzido por europeus.

<sup>7</sup> Para a narrativa, ver Wynn (2007, pp. 49-59).

<sup>8</sup> *Orientalismo* significa a construção de sociedades "orientais" como atrasadas e bárbaras que, como tais, foram consideradas a antítese de um "Ocidente" civilizado e esclarecido. Por exemplo, o pensamento orientalista inclui a narrativa para a qual os povos do Oriente Médio não estão preparados para a democracia e direitos humanos, que só a autocracia pode fazer suas sociedades funcionarem. No entanto, não apenas os árabes são orientalizados. Isso inclui todas as pessoas das (ex)colônias europeias em todo o mundo.

Entretanto, de acordo com Walter Mignolo (2012) *Orientalismo* foi o segundo estágio na criação da modernidade, ou, ainda, do sistema colonial mundial entendido como dominação epistemológica do Ocidente, o qual ocasionou a subsequente degradação dos conhecimentos e perspectivas não-ocidentais. Dito de outro modo, a história *local* europeia transformou-se na narrativa de uma história global e, por isso, outras histórias *locais* tornaram-se subalternas. O primeiro passo deu-se com a colonização das Américas, o que gerou como resultado tanto a auto concepção dos poderes europeus como o “Ocidente”, durante o século XVI, como a respectiva divisão do mundo pelo papado em dois hemisférios: o ocidental e o oriental. Por essa perspectiva, o *orientalismo* foi simplesmente um resultado do *ocidentalismo* (Mignolo, 2012, p. 55-59, 61).

Com efeito, a produção do conhecimento egiptológico foi firmemente baseado na matriz colonial de poder (ou colonialidade) e, como resultado, o conhecimento sobre o Egito antigo foi colonial desde o princípio. A colonialidade vai além do simples colonialismo formal, à medida em que o conhecimento é também colonizado (Mignolo 2007, p. 450-451, 502 n.4; 2012; Quijano, 2000; 2007;). Nesse sentido, o conhecimento egiptológico é parte da matriz colonial de poder desde seus primórdios, servindo tanto como meio quanto como alvo da política ocidental no Oriente Médio.

Curiosamente, a criação da Egiptologia ocidental coincidiu com uma mudança de força dentro da matriz colonial de poder. Seu centro deslocou-se da Península Ibérica para a França e a Grã-Bretanha durante o Iluminismo no final do século XVIII; período esse identificado por Mignolo como a segunda fase da modernidade (2012, p. 9). A criação da Egiptologia também coincide com a primeira presença permanente dos poderes europeus no Oriente Médio desde as Cruzadas (1095-1291). A colonização das Américas ajuda a explicar essa coincidência. A França havia perdido suas colônias no Canadá, na Acadia, e na Terra Nova para a Grã-Bretanha em razão da Guerra Francesa e Indiana (1754-1763) e da Guerra dos Sete Anos (1756-1763)<sup>9</sup>. Incapaz de competir com a Inglaterra, Portugal, Espanha e Américas, as únicas regiões não coloniais acessíveis ficavam, portanto, na Índia e no Oriente Médio – principalmente porque a África ainda não havia sido aberta para a exploração europeia – além das regiões costeiras no caminho para o subcontinente indiano. O fato de a Grã-Bretanha já estar presente na Índia (Cole, 2007, p. 19) levou a França a tentar interromper as rotas

---

<sup>9</sup> Ver Anderson (2000).

comerciais britânicas para o país ao capturar o Egito e a Palestina. A França considerava uma invasão ao Egito desde 1774 (Burleigh, 2007, p. vii), o que coincide com a perda de possessões francesas na América do Norte. Como afirmou o capitão da expedição francesa Joseph-Marie Moiret, “essa nova colônia iria reembolsar-nos pela perda daquelas que a astúcia dos ingleses nos roubara no Novo Mundo” (Cole, 2007, p. 18).

Ao contrário do que estava acontecendo nas Américas, onde era fácil para as potências coloniais destruir em grande parte a herança visível e imaterial dos ameríndios (Mignolo, p. 1995), as forças coloniais da Europa optaram por engajar o legado do Oriente Médio de uma maneira diferente. Durante as Cruzadas as potências europeias tentaram transformar o Oriente Médio, fazendo-o à sua própria imagem, diretamente por meio dos Estados Cruzados [*Crusader States*] (Tyerman, 2006, p. 176-240). Séculos depois, deu-se a tentativa de transformá-lo por meio da reivindicação e do controle do patrimônio do Oriente Médio. A campanha francesa percebeu antigos planos europeus de capturar o Egito durante as Cruzadas (Tyerman, 2006, p. 628-649). Durante esse período, os impérios europeus construíram a concepção do Egito como um precursor da civilização ocidental e, dessa forma, como seu apêndice natural. Estudiosos franceses ajudaram a retratar o Egito contemporâneo como bárbaro, o qual necessitava ser libertado do domínio mameluco (Abul-Magd, 2013, p. 45-55). Joseph Eschasseriaux, um legislador da comissão formada para explorar a viabilidade de existência de colônias francesas na África, escreveu:

Que melhor empreendimento para uma nação que já deu liberdade à Europa [e] libertou a América do que regenerar em todos os sentidos um país que foi o primeiro lar da civilização e levar de volta ao seu berço a indústria, a ciência e as artes, para lançar ao longo dos séculos as bases de uma nova Tebas ou de outra Mênfis (Cole, 2007, p. 16).

Dessa forma, a França estabeleceu o encontro intelectual com a antiga herança do Egito e inseriu-se na tradição da "outrora grande" civilização egípcia antiga. Sua missão era restaurar a antiga grandeza do país, porém agora como uma colônia semi-autônoma (Said, 2003, pp. 84-87). As nações ameríndias jamais poderiam ter sido consideradas parte legítima do patrimônio europeu, uma vez que, tendo em vista os antigos vínculos do Egito com Grécia, Roma (Reid, 2002, pp. 139-171) e a Bíblia cristã, isso seria diferente. Por sua vez, tal *mission civilisatrice* forneceria a narrativa geral da

campanha francesa no Egito (Laurens, 1987). O encontro colonial com o Egito levou à criação da Egiptologia. Os espanhóis não tinham interesse no Oriente Médio e estavam totalmente ocupados com as rotas comerciais nas Américas e com o acesso ao circuito chinês pelas Filipinas (Mignolo, 2012, pp. 26-28)<sup>10</sup>. A Espanha estava olhando para o oeste, não para o leste (Dussel, 1998, pp. 5-12). Assim, não foi necessário que os europeus se engajassem e se apropriassem de sua herança ancestral até a invasão francesa.

Em 1900, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália, os Estados Unidos e outros países europeus estavam competindo por antiguidades egípcias e por acesso aos sítios arqueológicos (Reid, 1985; 2015). Os europeus até mesmo fizeram pressão pela criação do serviço de antiguidades egípcias e do Museu Egípcio de Antiguidades no Cairo (Gady, 2007; Reid, 2002, p. 7-8; Riggs, 2013, p. 70-79), de modo que, desde o final do século XIX o Museu Egípcio de Antiguidades é comumente conhecido como Museu Egípcio para turistas estrangeiros. A equalização do antigo Egito com o "verdadeiro" Egito é demonstrada por essa reviravolta linguística e, portanto, o Egito islâmico não é considerado propriamente egípcio pelo público ocidental (Riggs, 2013, p. 66-67).<sup>11</sup> O *Grande Museu Egípcio*<sup>12</sup>, o qual está atualmente em construção e também abrigará apenas objetos egípcios antigos, continuará essa tradição colonial.

A Egiptologia moderna foi uma disciplina acadêmica concebida por europeus e para europeus e, assim, a Europa apropriou-se do legado do Egito antigo<sup>13</sup>. Os egiptólogos egípcios praticamente não tiveram nenhum papel na disciplina até o surgimento do nacionalismo egípcio e a eventual independência formal do domínio britânico na década de 1920. Eles foram desencorajados a perseguir a exploração de seu próprio legado tanto pela tradição islâmica quanto pela agenda arqueológica ocidental – ou melhor, colonial (Elshakry, 2015, p. 188-190; Reid, 2015) – e geralmente estiveram relegados ao papel de trabalhadores anônimos (Doyon, 2015, p. 152-153; Quirke, 2013,

---

<sup>10</sup> Na época o centro econômico do mundo ficava na China, com a Europa Ocidental na periferia dos circuitos comerciais regionais. Mignolo vê nisso a razão do interesse ibérico pela China e suas tentativas de alcançá-la diretamente por mar. Como resultado da colonização das Américas o centro econômico global mudou para o Atlântico (Mignolo, 2012, p. 26-28, p. 61). As Cruzadas, como uma busca para capturar Jerusalém, aparecem como uma tentativa europeia de se conectar com o centro econômico da Ásia (Dussel, 1998, pp. 7-8).

<sup>11</sup> O Egito foi conquistado pelas forças árabes no século VII da Era Comum e a fé copta foi posteriormente colocada em uma posição marginal a favor do Islã.

<sup>12</sup> <<http://www.gem.gov.eg/>> (Acessado em 16/12/2015).

<sup>13</sup> Ver Blakey (1994, p. 41, p. 47 n. 2).

p. 383-397)<sup>14</sup>. Recentemente a importância da força de trabalho local egípcia foi destacada em um projeto de Stephen Quirke e Joanne Rowland (Quirke, 2010; Rowland, 2014) sobre o egiptólogo britânico William Matthew Flinders Petrie<sup>15</sup>.

Além disso, as línguas acadêmicas da Egiptologia passaram a ser o inglês, o francês e o alemão, refletindo as relações de poder da época dentro do sistema mundial/colonial moderno; todas as outras línguas foram marginalizadas. Em outras palavras, o Ocidente estava no controle absoluto da disciplina e da sua produção de conhecimento até pelo menos o início do século XX. Tal dominação ocidental da herança do Egito teve alguns resultados peculiares.

No final do século XIX, o Egito faraônico havia se tornado uma tela de projeção de valores monárquicos e de um senso europeu de superioridade cultural e racial. Por exemplo, a pesquisa egiptológica de Petrie foi crucial para o empréstimo de evidências históricas ao Movimento Eugênico (Challis, 2013; Sheppard, 2010, p. 22-29). O mito do *Egito Eterno* também foi criado nessa época. As monarquias europeias sentiram-se ameaçadas pelo advento de novos movimentos sociais que buscavam aboli-las (Moreno García, 2015, p. 52). Esse mito vê a antiga monarquia egípcia permanecer virtualmente inalterada por quase 3.000 anos; sempre conservadora e sempre paternal. Juan Carlos Moreno García - (2009, p. 189-90) explicou muito bem o que ele chamou de "utopia reacionária" afirmando:

O Egito Antigo se tornou um paraíso perdido e uma terra encantada de mistério, com egiptólogos desempenhando o papel de zelosos guardiões e intérpretes únicos das realizações do faraó, uma posição ameaçada por abordagens "materialistas" ou por agendas intelectuais exigentes. (Moreno García, 2015, p. 52)

No entanto, essa "utopia reacionária" não apenas prejudicou a compreensão dos egiptólogos sobre o Egito antigo até agora, mas também impactou fortemente a população que vive no Egito moderno, uma vez que ajudou a legitimar o regime

---

<sup>14</sup> A figura mais proeminente da Egiptologia autóctone naquela época foi Ahmed Kamal (1851-1923). Para obter mais informações ver, por exemplo, Reid (1985; 2015, pp. 29-33).

<sup>15</sup> William Matthew Flinders Petrie (1853-1942), egiptólogo britânico. Petrie foi fundamental para o avanço da prática de campo arqueológico na Egiptologia. Ele também esteve envolvido no Movimento Eugênico (ver Challis, 2013).

autoritário no país. O próprio termo *Egiptologia* apenas limita o Egito ao seu passado antigo e marginaliza seus períodos copta ou islâmico<sup>16</sup>.

## 2. *Do Colonialismo Ocidental ao Colonialismo Informal*

O Egito controla o Canal de Suez, o qual é economicamente importante. Além disso, o país é o centro do mundo árabe e abriga a maior população falante dessa língua. Devido sua importância geoestratégica o Egito atraiu o interesse das potências coloniais durante séculos. Do século XVI até 1882, o país fez parte do Império Otomano e foi governado por uma minoria turca (Hunter, 1984; Winter, 1992, p. 18-28). O ano de 1922 viu a independência do Egito em relação ao domínio colonial britânico apenas no papel, uma vez que a Grã-Bretanha exerceu controle sobre o país até 1954. Em 1952, a monarquia egípcia foi derrubada por meio do golpe dos chamados “Oficiais Livres”, golpe esse apoiado pelos Estados Unidos e liderado pelos generais Gamal Abdel Nasser e Muhammad Naguib, dentre outros (Kandil, 2014, p. 15-17). Dois anos depois o colonialismo formal chegou ao fim no Egito, quando foram dissipados os últimos resquícios do domínio estrangeiro (Selak, 1955, p. 487-488). No entanto, mesmo depois de abandonar a monarquia e conquistar a independência formal, a elite egípcia cooptou as estruturas coloniais postas em prática pelos ex-colonizadores com o objetivo de fortalecer o seu próprio poder (Kandil, 2014, p. 18-23)<sup>17</sup>. Ademais, o país não estava livre da influência e intervenção estrangeiras. Exemplo disso é o fato de que muito cedo foi envolvido na Guerra Fria entre o Ocidente e a União Soviética. O clímax desse embate deu-se com a Crise de Suez, em 1956, na qual Israel, Grã-Bretanha e França invadiram o Egito para operacionalizar a nacionalização do Canal sob a justificativa de um suposto apoio egípcio aos insurgentes anti-coloniais localizados na Argélia francesa e da existência de acordos armamentistas firmados com os soviéticos. Entretanto, os invasores foram impedidos por meio de esforços diplomáticos empreendidos pela União

---

<sup>16</sup> Ver Reid (1985, p. 234). Sobre o currículo da Egiptologia, ver Quirke (2010, pp. 4-9). Ao contrário da crença generalizada, a Egiptologia não pesquisa a história egípcia após a Antiguidade Tardia. O Egito islâmico e moderno não faz parte do currículo.

<sup>17</sup> Por exemplo, isso vale para o aparato da polícia secreta que foi instalado pela administração colonial britânica antes de 1952. As estruturas de vigilância egípcias são o exemplo mais notável. Posteriormente, o governo nasserista expandiu as estruturas existentes – especialmente os serviços de inteligência internos – a fim de consolidar seu governo, tudo - sob a assessoria da administração dos Estados Unidos (ver Kandil, 2014, p. 18-22). Nesse sentido, há uma continuidade direta entre os modernos aparatos de segurança egípcios e os estabelecidos pelas potências coloniais.

Soviética, pelas Nações Unidas e pelos Estados Unidos (Hobsbawn, 1994, p. 220-221; p. 245-246; Kandil, 2014, p. 45-49; Roussillon, 1998).

Inicialmente sob influência soviética durante o reinado de Gamal Abdel Nasser (1954-1970), desde a assinatura dos Acordos de Campo David, em 1978, o Egito passou a fazer parte da esfera de influência dos Estados Unidos e, dessa forma, passou a receber anualmente 1,3 bilhão de dólares direcionados aos militares (Sharp, 2015, p. 16-29). A estreita cooperação entre os Estados Unidos e os militares egípcios continuou após o golpe de julho de 2013, o qual propiciou a volta dos militares formalmente ao poder e transformou a Revolução de 25 de janeiro de 2011 em fracasso<sup>18</sup>. Desde então, o regime militar recorreu à violência física e sistêmica para impor ordem e estabilidade a uma sociedade egípcia profundamente dividida (por exemplo, Hamzawy, 2017). Por razões políticas e econômicas, a liderança ocidental fez vista grossa aos eventos no Egito após a revolução de 2011. Esses desenvolvimentos levantam questões sobre a conexão da Egiptologia com o colonialismo informal<sup>19</sup>.

### 3. *Apropriando-se da autoridade por meio do colonialismo informal*

A herança egípcia antiga é importante para o Egito em termos da indústria do turismo nacional a qual, depois do Canal de Suez, é uma das maiores geradoras de receita para o país. No entanto, para além do significado econômico, ela é também mobilizada de outra forma. As elites egípcias utilizam o mito do *Egito Eterno* para legitimar um Estado forte, paternal e tradicionalista governado por militares. Com efeito, a elite atual lucra ideologicamente com a atitude da Egiptologia do século XIX e do início do século XX (Carruthers, 2015, p. 11-13; Omar, 2015, p. 180-182). A ideia de um *Egito Eterno* é mantida viva pela Egiptologia moderna. Moreno García (2015, p. 53-54) explica como a Egiptologia dedicou-se principalmente à História da Arte, desenvolvendo uma atitude elitista e romântica, a qual a aliena das ciências sociais no processo. Por sua vez, as

---

<sup>18</sup> Sobre o golpe militar de 2013, ver Kandil (2014, p. 245-263). Sobre a revolução de 2011, ver Kandil (2014, p. 221-244) e Korany & El Mahdi (2014). Sobre o conluio entre as elites liberais e o regime militar para restabelecer a velha ordem após a Revolução de 25 de janeiro, ver o volume publicado por Fahmy & Faruqi (2017).

<sup>19</sup> O colonialismo informal deve ser entendido como um sistema colonial em que as elites locais são politicamente independentes na política doméstica, mas operam como agentes nos interesses de um 'Big Brother' externo, caso surja uma oportunidade (ver Gallagher & Robinson, 1953; Osterhammel & Jansen, 2012, p. 25-26; ver também Díaz-Andreu, 2007, p. 99-100).

sociedades amadoras não profissionais, ao lado dos museus e da indústria do entretenimento, ajudam a manter uma visão nostálgica do Egito antigo.

Com a capitalização sobre o *Egito Eterno*, torna-se evidente que a Egíptologia ainda é prisioneira de seu próprio passado. Assim, mesmo no presente a *utopia reacionária* do *Egito Eterno* é reproduzida – ou talvez até ampliada – pela própria disciplina que já deveria tê-la desconstruído por meio da utilização da autocrítica e da autorreflexão. Associado a este processo está a neoliberalização da disciplina em todos os países industrializados. Por causa da privatização da pesquisa tornou-se necessário aos estudiosos recorrer a recursos de terceiros para realizar suas investigações acadêmicas e garantir seu sustento. No entanto, conforme sugerido por Moreno García, o passado conservador pode estar pegando carona com os recursos<sup>20</sup> (Moreno García, 2015, p. 53-54). Isso pode ser exemplificado pela *Fundação Qatar*, uma propriedade privada dos membros do alto escalão da elite catariana e que também estiveram envolvidos com o governo do país, a qual financia a filial do Qatar da *University College London*. Seu objetivo é o estudo - do legado do Oriente Médio, do qual o antigo Egito é parte<sup>21</sup>. O Qatar também foi acusado de financiar o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Blanchard, 2014, p. 7-8; Cockburn, 2015, p. 57; Dettmer, 2014) – entidade essa que passou a destruir o patrimônio do Oriente Médio recentemente –, além de ser um dos maiores adversários da chamada *Primavera Árabe*. O financiamento de terceiros tem a possibilidade de influenciar a pesquisa por parte do financiador. Isso significa que a pesquisa poderia ser usada para apoiar a concepção da elite do Qatar sobre o Oriente Médio. A adesão a uma "utopia reacionária" torna mais fácil opor-se à libertação de qualquer tipo de opressão no Oriente Médio ou em outros lugares.

#### 4. *A iconografia egípcia antiga como instrumento de legitimação no discurso da elite*

Na verdade, o antigo Egito desempenha um papel proeminente no imaginário público do Egito contemporâneo; um exemplo são os obeliscos do Reino Novo (c. 1550–1069 AEC) da era imperial egípcia, os quais são colocados em quadrados dentro e ao redor do Cairo. Alguns obeliscos contêm inscrições retóricas que elogiam a autoridade do rei e o domínio sobre diferentes áreas e povos do mundo conhecidos pelos egípcios

---

<sup>20</sup> No original: “the conservative past might be piggybacking on the funds” (Nota do Tradutor).

<sup>21</sup> Em março de 2016 a Fundação Qatar retirou seu apoio financeiro a missões arqueológicas no Egito e no Sudão.

desde o final da Idade do Bronze (Habachi, 1977, p. 8-9). Desde a expedição francesa os obeliscos se tornaram um símbolo do poder imperial. Obeliscos antigos ou não foram erguidos em centros imperiais modernos ao redor do globo (Curran et al., 2009; Hassan, 2003). Esses representantes da autocracia egípcia são acompanhados por uma estátua monumental do Rei Ramesses II, do Reino Novo, também conhecido como *o Grande*, a qual foi transferida para uma praça em frente à estação central da capital egípcia logo após a revolução de 1952. Essa ação representou um elo entre o Egito antigo e o nasserista revolucionário, recuperando o renascimento da antiga glória no Egito moderno (Carruthers, 2014, p. 121-122, p. 152).

No entanto, o uso mais notável da iconografia egípcia antiga em imagens públicas é moderno. As paredes externas dos quartéis egípcios, por exemplo, são decoradas com relevos que retratam a *gloriosa* história dos militares egípcios ao longo dos tempos. A sequência começa com um relevo de batalha ao estilo do Reino Novo, mostrando o poderoso rei em sua carruagem, descendo e atirando em inimigos estrangeiros com seu arco. O relevo então progride com cenas de batalha até os tempos modernos. Dessa forma, o exército egípcio é definido na tradição da era imperial do antigo Egito, glorificando a ação forte e rápida, bem como a forte liderança individual. Isso corrobora a narrativa de que o Egito sempre foi governado por uma autoridade forte (Carruthers, 2014, p. 23-24; Lampridi, 2011, p. 23-24).

Por outro lado, um cientista político egípcio que conheci em um workshop, em 2016, contou-me sua experiência quando era recruta militar. Segundo ele, os soldados foram obrigados a decorar os nomes e a sequência dos reis egípcios, principalmente os do Reino Novo. Naturalmente, não há dúvidas sobre a importância do passado “glorioso” dos egípcios para os militares modernos, mas a necessidade de os soldados terem de aprender os nomes sugere que tal elemento é ideologicamente relevante para o trabalho militar no Egito contemporâneo. O fato de que esse dado não é comumente conhecido ou amplamente comunicado também reforça essa evidência.

Uma adaptação mais recente da iconografia antiga foi empregada em uma campanha para promover a Conferência de Desenvolvimento Econômico do Egito em março de 2015<sup>22</sup>. O *Ankh*, antigo símbolo egípcio da vida, foi escolhido como seu logotipo. O *Ankh* foi artisticamente integrado a campos, canteiros de obras, recifes de coral e ao Canal de Suez, o que implica uma ligação entre o Egito antigo e a elite

---

<sup>22</sup> Ver: *The Cairo Post*, 2015.

econômica do Egito moderno, ou melhor, a livre iniciativa garante a continuação da longa história do Egito. A adaptação moderna da iconografia antiga continuou no verão de 2015, na cerimônia de abertura do Novo Canal de Suez. Durante o concerto de abertura ocorreu uma apresentação da ópera *Aida*, de Giuseppe Verdi. Auguste Mariette, a figura principal da administração europeia das antiguidades egípcias em meados do século XIX, foi fundamental na elaboração do enredo da ópera e, portanto, na criação de sua visão idealizada do antigo Egito (Busch, 1978, p. 435-439)<sup>23</sup>. Com efeito, a elite egípcia decidiu comemorar a abertura do canal com uma peça orientalizante concebida por europeus. Isso demonstra a cooptação de narrativas coloniais ocidentais pelos egípcios para os seus próprios fins.

Outro exemplo é um concerto de doze horas nas pirâmides de Gizé para celebrar a entrada do novo milênio. No evento, o Olho de Hórus<sup>24</sup> foi projetado em um dos lados da Grande Pirâmide como uma imagem luminosa. O governo egípcio na época cancelou seus planos de descer uma pirâmide dourada emissora de luz utilizando um helicóptero, depois que surgiram preocupações de que isso poderia ser um complô maçônico-sionista para se infiltrar no país (Wynn, 2008, p. 274-276). Zahi Hawass defendeu os planos mais tarde, dizendo que isso reencenou um "ritual nacional faraônico" e um projeto de unidade nacional (Wynn, 2008, p. 277-278).

O Egito antigo não serve apenas a um propósito político no imaginário público, mas também é usado na retórica de discursos políticos. Por exemplo, Gamal Abdel Nasser foi imaginado por Hosni Mubarak como "o primeiro governante egípcio a vir do solo desta terra natal em dois mil anos" (Lampridi, 2011, p. 232). Sob a presidência de Anwar as-Sadat (1970-1981) o pan-arabismo de Nasser, o qual buscava unir todos os povos árabes, foi abandonado em favor do nacionalismo egípcio. O Egito foi concebido como a nação árabe mais importante e mais antiga, já que sua existência remonta a sete milênios. Na verdade, essa herança foi a principal razão pela qual os egípcios eram os mais valorosos<sup>25</sup> de todos os povos árabes (Lampridi, 2011, p. 208, p. 233).

A referência a um passado distante e supostamente glorioso tem sido utilizada por governos autoritários ao longo da história moderna para lhes conferir legitimidade.

---

<sup>23</sup> A performance começa por volta do minuto 48 neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=Yyut0C7TVHc> (Acessado em 26/02/2021)

<sup>24</sup> Também chamado de olho Udjat devido ao valor fonético do hieróglifo correspondente. O Olho de Hórus também é um símbolo de saúde, pois se refere à narrativa em que Seth destruiu os olhos de Hórus e a deusa Hathor os substituiu por novos, restaurando assim a sua saúde (ver Wentz, 2003).

<sup>25</sup> No original: "the most precious of all Arab peoples" (Nota do Tradutor).

Exemplos proeminentes incluem a Grécia sob o regime de Metaxas e a junta militar (1936-1941 e 1967-1974), a Alemanha nazista (1933-1945), o Iraque ba'athista (1968-2003) e a Itália fascista (1922-1943). Os governos desses países criaram legitimidade referindo-se respectivamente à Grécia antiga e à era bizantina (Kokkinidou & Nikolaidou, 2006), à antiga Babilônia e a figuras proeminentes da história islâmica (Isakhan, 2013, p. 221-227), ao Império Romano (Munzi, 2006) e à pré-história germânica (Arnold, 1990)<sup>26</sup>. Nesse sentido, pode-se considerar a exploração ideológica de um passado distante como uma marca registrada de governos autoritários. Consequentemente, entender como a elite egípcia vinculou-se ao seu passado distante pode ajudar a desmascarar o governo egípcio como autoritário.

Os cristãos egípcios, os coptas, também obtiveram legitimação ideológica da Egiptologia. Originalmente desinteressada pelo passado pré-cristão do país, a minoria foi construída como legítima sucessora do Egito faraônico no início do século XX, especialmente porque a língua copta se mostrou essencial para a compreensão das línguas egípcias em seus estágios anteriores (Horbury, 2003, p. 154-158; Reid, 2002, p. 258-285; Reid, 2015, p. 212-218).

O Egito Antigo também tem potencial para ser instrumentalizado pelos oponentes das elites políticas. Adel Iskandar e Yasmin El Shazly retrataram os ativistas da Revolução de 25 de janeiro como a continuação direta dos antigos trabalhadores egípcios que zombavam da realeza do Novo Reino usando grafites satíricos (El Shazly, 2014; Iskandar, 2013, p. 132). Nesse sentido, os ativistas também podem utilizar a iconografia antiga, como pode ser visto no trabalho de artistas de rua (pós) revolucionários<sup>27</sup>.

Em última análise, a herança egípcia é um espaço contestado, um campo de batalha ideológico entre as diferentes partes interessadas dentro da sociedade egípcia, os acadêmicos e os políticos do exterior. A colonialidade da Egiptologia fez do antigo patrimônio do país uma fronteira onde as histórias locais se encontram e convergem. Em

---

<sup>26</sup> O Egito antigo também foi adaptado para acomodar a ideologia nazista (Cf. Reid 2015: 269-73). Por exemplo, o egiptólogo alemão Walther Wolf (1900-1973) viu a sociedade egípcia antiga como uma precursora do pensamento nazista e o faraó como um líder forte que permitiu ao povo egípcio liberar o poder da sua *Volksgemeinschaft* (ver Schneider, 2013, pp.206-7). Isso não foi incorporado pela propaganda oficial nazista, mas pela iniciativa de um indivíduo. Pode-se ver isso como um caso para a teoria de Ian Kershaw, *Working Towards the Führer*. De acordo com ela, Hitler apenas forneceu uma estrutura ideológica e grosseira que foi então prontamente expandida e colocada em prática por funcionários e membros do partido (ver Kershaw, 2008, pp.29-48).

<sup>27</sup> Para exemplos específicos, ver: Gröndahl (2012, p. 87-89, p. 102-104, p. 114, p. 117, p. 124-5, p. 173, p. 182-3); Haikal (2014, p. 44-61, p. 70-111); Hamdy & Karl (2014, p. 94-96, p. 111, p. 136-145, p. 166-167, p. 170, p. 198-199, p. 213, p. 258); Morayef (2016).

jogo está a soberania interpretativa sobre o passado de um povo. A antiga herança do Egito é onde a *diferença colonial* emerge<sup>28</sup>. Nesse sentido, o povo egípcio habita atualmente a fronteira e a experiência existencial que o colonialismo criou<sup>29</sup>. Morar na fronteira é o pré-requisito necessário para assumir a diferença colonial e se engajar no *border thinking*. Este pensamento de fronteira é uma forma diferente de pensar que recupera conhecimentos e perspectivas subalternas para se opor ao conhecimento hegemônico. Mignolo (2012, p. 85) afirma que:

o conceito-chave do pensamento de fronteira é: *pensar a partir de conceitos dicotômicos ao invés de ordenar o mundo em dicotomias*<sup>30</sup>. O pensamento de fronteira, em outras palavras, é, logicamente, um *locus* dicotômico de enunciação e, historicamente, está situado nas fronteiras (interiores ou exteriores) do sistema mundial moderno/colonial.

O pensamento de fronteira ajuda a tornar visíveis as rachaduras no imaginário do sistema mundial moderno/colonial (Mignolo, 2012, p. 23). Por exemplo, essas rachaduras tornam-se aparentes através do estudo de como as elites egípcias cooptaram narrativas ocidentais relativas ao seu próprio passado.

##### 5. *Cooptação de narrativas ocidentais*

O estudo do antigo Egito é um exemplo do *Dilema de Chakrabarty*. O *Dilema* refere-se à circunstância em que estudiosos de países marginalizados ou (anteriormente) colonizados, a fim de estudar sua própria história, precisam referir-se à historiografia europeia. Isso os leva a reproduzir narrativas europeias de alguma forma, já que a Europa ainda aparece como hegemonia acadêmica (Chakrabarty, 1992, p. 1-2; Mignolo, 1999, p. 235-245; Mignolo, 2012, p. 203-213). Estudiosos egípcios, se levarem a sério o estudo de sua própria herança, mais cedo ou mais tarde se sentirão compelidos a deixar o Egito para estudar ou fazer pesquisas em uma universidade ocidental. Uma exceção a essa regra pode ser a Universidade Americana no Cairo, que é uma universidade de estilo

---

<sup>28</sup> As fronteiras não são apenas divisões físicas, mas também classificações psicológicas, raciais e divisões de gênero ou sexualidade (ver Mignolo. 2012, p. xvi).

<sup>29</sup> Sobre morar na fronteira [*dwelling the border*], ver Mignolo (2012). Sobre a experiência existencial de *border-dwelling*, ver Anzaldúa (1987).

<sup>30</sup> Grifo original.

ocidental e um local de educação para a elite egípcia na Praça Tahrir, no centro do Cairo. As instituições egiptológicas ocidentais continuam sendo as potências epistemológicas da disciplina. Portanto, qualquer egiptólogo egípcio desenvolverá uma dupla consciência baseada no conhecimento disciplinar colonial, independentemente de estarem cursando seu primeiro curso ou o doutorado. Isso inclui também escrever trabalhos acadêmicos nas línguas imperiais da disciplina<sup>31</sup>. Novamente, os egípcios estão *morando na fronteira*.

Nesse sentido, pode ser ainda prematuro comemorar o advento da Egiptologia autóctone [*indigenous Egyptology*] a partir do século XX. Embora a administração direta do patrimônio egípcio pelos egípcios possa ser vista como um sinal de descolonização, ele é apenas superficial (Walker, 2012, p. 15-18). O reinado de Zahi Hawass como Ministro de Estado para Assuntos das Antiguidades, antes de ser deposto na esteira da Revolução de 25 de janeiro de 2011, demonstrou que até mesmo os egípcios reproduzem prontamente o mito do *Egito Eterno* e das epistemologias coloniais as quais incorpora. Hawass tornou-se conhecido por continuar a mercantilização do patrimônio egípcio, principalmente por razões econômicas (Elshahed, 2015, p. 259; Shenker, 2016, p. 119-120; Walker, 2012, p. 18-20). No entanto, outras dimensões, como o conflito árabe-israelense, também influenciam as abordagens locais contemporâneas da Egiptologia. Assim, descobertas como as tumbas de trabalhadores, por exemplo, foram usadas como tentativa de refutar as narrativas israelenses sobre a construção das pirâmides de Gizé por escravos israelitas. Além disso, a construção das pirâmides foi elaborada retroativamente como *o projeto nacional* do Egito antigo, proporcionando unidade e uma identidade, a qual foi comparada mais de uma vez por Hawass ao recrutamento de mão de obra no Egito moderno (Wynn, 2008, p. 280-287). Wynn argumentou que essa narrativa legitima a apropriação do trabalho dos grupos menos privilegiados da sociedade egípcia. Na esteira da Revolução de 25 de janeiro, Hawass – ainda no cargo de ministro à época – declarou que o Egito “sempre precisou de um homem forte; sem um você tem o caos. As coisas mudam, mas eu sou o único que entende a história deste país, que pode realmente ver o passado” (Shenker, 2016, p. 120). Ao sugerir que a história antiga do Egito teve alguma influência na sociedade moderna e que está de alguma forma enraizada no DNA dos egípcios, Hawass mobiliza uma narrativa orientalista sobre seu próprio país e a sua população. Pode-se dizer que a elite egípcia

---

<sup>31</sup> Ver também: Wynn (2007, pp. 65-66).

tenha se “ocidentalizado” ao aliar-se às elites ocidentais por meio do colonialismo informal e, como resultado, “orientalizado” sua própria população. Isso implica, em termos de descolonização, que não é suficiente substituir simplesmente o domínio ocidental por um domínio egípcio usando o conhecimento colonial produzido no Ocidente para estabilizar e decretar sua própria autoridade. Ou, para parafrasear, não é suficiente substituir o colonialismo externo pelo colonialismo interno informal.

Como mostrado acima, um regime de colonização informal instrumentaliza o patrimônio egípcio. Além disso, a indústria do turismo tem sido dirigida principalmente a turistas estrangeiros e predominantemente ocidentais (Doyon, 2013, p. 272; Mitchell, 2002, p. 196-205). Como tal, satisfaz amplamente a imagem do Egito antigo que é esperada pelo público ocidental, ou seja, o mito do *Egito Eterno*, conforme descrito anteriormente. Isso se torna mais claro pela evocação do rei da décima oitava dinastia Tutancâmon (c. 1332-1323 AEC.) e a história da descoberta de sua tumba em 1922. Mais ainda, há uma diferença no tratamento de estrangeiros e egípcios quando se trata de acessar locais e museus antigos. Por exemplo, existem entradas geograficamente separadas para os dois grupos no planalto de Gizé: a entrada para os egípcios fica a quatro quilômetros das pirâmides, enquanto a entrada para turistas estrangeiros fica nas suas proximidades. Isso foi justificado por Hawass por meio da alegação de que os egípcios se comportavam de maneira desrespeitosa com o seu patrimônio (Shenker, 2016, p. 117). Fanon, com base em suas observações na Guerra da Independência da Argélia (1954-1962), indicou que a indústria do turismo dos países (anteriormente) colonizados se concentraria no público ocidental como o grupo-alvo<sup>32</sup> quando escreveu que

a burguesia nacional se identifica com a burguesia ocidental, de quem aprendeu suas lições ... A burguesia nacional será ajudada imensamente no seu caminho para a decadência pelas burguesias ocidentais, que vêm a ela como turistas ávidos pelo exótico, pela caça aos grandes jogos e para cassinos. A burguesia nacional organiza centros de descanso, relaxamento e lazer para atender aos desejos da burguesia ocidental. Essa atividade recebe o nome de turismo, e para essa ocasião será construída como uma indústria nacional (Fanon, 1963, p. 153).

---

<sup>32</sup> Lynn Meskell (1998, p. 4) já apontou a conexão entre o turismo e o colonialismo.

A descoberta da tumba de Tutancâmon também forneceu um elo para o nacionalismo egípcio e a evocação de uma grande nação que outrora fora precursora do Egito contemporâneo (Mitchell, 2002, p. 181-182; Mondal, 2003, p. 150-244; Reid, 2015, p. 33-50, p. 109-33, p. 295-327). Esta ideologia do faraonismo viu a criação de monumentos nacionais os quais combinavam a iconografia egípcia antiga e moderna (Hassan, 1998). Como resultado, a Egiptologia, tanto do passado quanto do presente, oferece à elite egípcia uma legitimação ideológica para um governo autoritário. Isso confirma a colonização interna prevalente do patrimônio egípcio<sup>33</sup>.

## 6. *Conclusões e Outlook*

O que ficou claro é que o estudo do passado e da herança cultural de um país tem uma relevância direta para as relações internacionais. Tem o poder de colonizar histórias locais e legitimar ideologicamente os governos.

Do colonialismo formal ao informal, a Egiptologia ocidental fornece às elites dominantes egípcias uma narrativa ideológica legitimadora do regime paternalista. É por essa razão que a autocrítica e a descolonização da Egiptologia são um ato eminentemente político.

Ainda que as elites da sociedade egípcia instrumentalizem o patrimônio do Egito para fins políticos e econômicos, pode-se ter a impressão de que os trabalhadores pobres são apenas explorados para manter um sistema de governo informal da elite em estilo colonial. Para aqueles que não fazem parte dessa elite, no entanto, essa instrumentalização pode ser também fundamental para ganhar a vida com a indústria do turismo. Embora a descolonização da Egiptologia possa ser uma questão urgente para os acadêmicos egípcios, os quais muitas vezes pertencem às classes alta e média, não é necessariamente o caso dos egípcios dos grupos não privilegiados que dependem da mercantilização do patrimônio para sobreviver<sup>34</sup>. No entanto, ao considerar tais aspectos

---

<sup>33</sup> Ver Timothy Mitchell (1988) sobre fatores externos e internos do colonialismo no Egito. É no contexto da colonização interna que a seguinte declaração de Khaled Abou El Fadl deveria ser observada: “É como se o colonialismo britânico tivesse conseguido criar certas modalidades de pensamento nas quais os militares egípcios e a intelectualidade secularizada foram totalmente doutrinais desde 1882” (Abou El Fadl, 2017, p. 236).

<sup>34</sup> Argumenta-se que as missões arqueológicas cumprem um papel de caridade, uma vez que fornecem aos trabalhadores nas áreas rurais uma chance maior de sobrevivência material (Quirke, 2010, p. 1). No entanto, a narrativa da filantropia talvez deva ser vista no contexto geral do sistema mundial moderno/colonial. Nele, as narrativas de filantropia ajudam a manter ou reorganizar o próprio sistema que parecem criticar. Para obter mais informações, ver Negri e Hardt (2000, p. 36-37), Badiou (2001, p. 106), Cohen et al. (2008),

da necessidade econômica deve-se ter cuidado para não justificarmos o *status quo*. Isso significaria que o sistema atual seria mantido de forma a não ameaçar a sobrevivência material dos trabalhadores pobres por meio de quaisquer mudanças gerais na identificação colonial informal do Egito atual com o Egito antigo realizada pela Egiptologia ocidental. Nesse caso, qualquer abordagem descolonial, não diferente da atual política externa ocidental contemporânea, ficaria presa no dilema entre a crítica política radical e o desejo de estabilidade social, política e econômica em uma ordem mundial globalizada pós-colonial.

O futuro mostrará se os egiptólogos ocidentais e egípcios estão dispostos e serão capazes de realizar uma autocrítica e uma autorreflexão sérias para lidar com esse dilema. Além de ser um problema formal relativo à colonialidade da produção de conhecimento dentro da Egiptologia como disciplina acadêmica, o Egito antigo descreve um tropo com profundas implicações políticas e econômicas para o Egito contemporâneo. Como este artigo mostrou, o governo da elite no Egito é realizado por meio do colonialismo informal que se baseia na cooptação de narrativas coloniais ocidentais. Acabar com sua legitimação ideológica é, portanto, inseparável da descolonização da Egiptologia.

*Recebido: 25/01/2020*

*Aprovado: 27/02/2020*

---

Žižek (2009, p. 53-54, p. 81; 2011, p. 4, p. 117, p. 119 n. 35, p. 239-240), Weizman (2011, p. 31-61) e Browne (2013).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- About El Fadl, K. (2017). Egypt's Secularized Intelligentsia and the Guardians of Truth. In *Egypt and the Contradictions of Liberalism: Illiberal Intelligentsia and the Future of Egyptian Democracy*, edited by Dalia F. Fahmy and Daanish Faruqi, 235-252. London: Oneworld Publications.
- Abul-Magd, Z. (2013). *Imagined Empires: A History of Revolt in Egypt*. Berkeley: University of California Press.
- Anderson, F. (2000). *Crucible of War: The Seven Years' War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. New York: Vintage Books.
- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, CA: Aunt Lute Books.
- Arnold, B. (1990). The Past as Propaganda: Totalitarian Archaeology in Nazi Germany. *Antiquity* 64:464-478.
- Badiou, A. (2001). *Ethics: An Essay on the Understanding of Evil*. London: Verso Books.
- Blakey, M. L. (1994). American Ethnicity and Nationality in the Depicted Past. In *The Politics of the Past*, edited by Peter Gathercole and David Lowenthal, 38-48. London: Routledge.
- Blanchard, C. M. (2014). *Qatar: Background and U.S. Relations*. Congressional Research Service RL31718. November 4. <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL31718.pdf>.
- Browne, H. (2007). *The Frontman: Bono (In the Name of Power)*. London: Verso Books.
- Burleigh, N. (2007). *Mirage: Napoleon's scientists and the unveiling of Egypt*. New York: Harper Collins.
- Busch, H. (1978). *Verdi's Aida: The History of an Opera in Letters and Documents*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Carruthers, W. E. (2014). Egyptology, Archaeology and the Making of Revolutionary Egypt, c. 1925-1958. PhD diss., University of Cambridge.
- Carruthers, W. E. (2015). Introduction: Thinking about Histories of Egyptology. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 1-15. New York: Routledge.
- Chakrabarty, D. (1992). Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for 'Indian' Pasts?. *Representations* 37:1-26.
- Challis, D. (2013). *The Archaeology of Race: the Eugenic Ideas of Francis Galton and Flinders Petrie*. London: Bloomsbury.

- Cockburn, P. (2015). *The Rise of Islamic State: ISIS and the New Sunni Revolution*. London: Verso Books. EPUB edition.
- Cohen, M. A., Küpçü, M. F. & Khanna, P. (2008). The New Colonialists. *Foreign Policy* 164:74-79.
- Cole, J. (2007). *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. New York: Palgrave Macmillan.
- Curran, B. A., Grafton, A., Long, P. O. & Weiss, B. (2009). *Obelisk: A History*. Cambridge, MA: Burndy Library.
- Description de l'Égypte, ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française: publiée par les ordres de Napoléon Bonaparte* 1994. Köln: Benedikt Taschen.
- Dettmer, J. (2014). U.S. Ally Qatar Shelters Jihadi Moneyman. October 12. <http://www.thedailybeast.com/articles/2014/12/10/rich-little-qatar-big-ugly-ties-to-terror.html>.
- Díaz-Andreu, M. (2007). *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- Doyon, W. (2013). Egyptology in the Shadow of Class. In *Forming Material Egypt: Proceedings of the International Conference London, 20-21 May, 2013*, edited by Patrizia Piacentini, Christian Orsenigo and Stephen Quirke, 261-272. *Egyptian and Egyptological Documents, Archives, Libraries* 4. Milan: Pontremoli Editore.
- Doyon, W. (2015). On Archaeological Labor in Modern Egypt. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 141-156. New York: Routledge.
- Dussel, E. (1998). Beyond Eurocentrism: The World-System and the Limits of Modernity. In *The Cultures of Globalization*, edited by Frederic Jameson and Masao Miyoshi, 3-31. *Post-contemporary Interventions*. Durham, NC: Duke University Press.
- El Daly, O. (2005). *Egyptology: The Missing Millennium*. London: UCL Press.
- El Shazly, Y. (2014). The Origins of the Rebellious Egyptian Personality. In *Walls of Freedom: Street Art of the Egyptian Revolution*, edited by Basma Hamdy and Don Karl, 6-8. Berlin: From Here To Fame Publishing.
- Elshahed, M. (2015). The Old and New Egyptian Museums. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 255-269. New York: Routledge.
- Elshakry, M. (2015). Histories of Egyptology in Egypt: Some Thoughts. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 185-197. New York: Routledge.

- Fahmy, D. F. & Faruqi, D. (2017). *Egypt and the Contradictions of Liberalism: Illiberal Intelligentsia and the Future of Egyptian Democracy*, London: Oneworld Publications.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. New York: Groove Press.
- Gady, E. (2007). Champollion, Ibrahim Pacha et Méhémet Ali: aux sources de la protection des antiquités égyptiennes. In *Proceedings of the Ninth International Congress of Egyptologists – Actes du Neuvième Congrès International des Égyptologues: Grenoble, 6-12 septembre 2004*, edited by Jean Claude Goyon and Christine Cardin, 767-775. *Orientalia Lovaniensia Analecta* 150. Leuven: Peeters.
- Gallagher, J., & Robinson, R. (1953). The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series* 6(1):1-15.
- Gange, D. (2015). Interdisciplinary Measures. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 64-77. New York: Routledge.
- Gröndahl, M. (2012). *Revolution Graffiti: Street Art of the New Egypt*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Habachi, L. (1977). *The Obelisks of Egypt: Skyscrapers of the Past*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Haikal, F. (2014). *Reflections on Turning Points: Egypt between January 25, 2011 and June 30, 2012*. Berlin: Kulturverlag Kadmos.
- Hamdy, B. & Karl, D. (2014). *Walls of Freedom: Street Art of the Egyptian Revolution*. Berlin: From Here To Fame Publishing.
- Hamzawy, A. (2017). Egyptian Liberals and Their Anti-Democratic Deceptions: a Contemporary Sad Narrative. In *Egypt and the Contradictions of Liberalism: Illiberal Intelligentsia and the Future of Egyptian Democracy*, edited by Dalia F. Fahmy and Daanish Faruqi, 337-359. London: Oneworld Publications.
- Hassan, F. A. (1998). Memorabilia: Archaeological Materiality and National Identity in Egypt. In *Archaeology Under Fire: Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and the Middle East*, edited by Lynn Meskell, 200-216. London: Routledge.
- Hassan, F. A. (2003). Imperialist Appropriations of Egyptian Obelisks. In *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism, and Modern Appropriations*, edited by David Jeffreys, 19-68. London: UCL Press.
- Hobsbawm, E. (1994). *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*. London: Abacus.

- Horbury, M. (2003). The British and the Copts. In *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: Imperialism, Colonialism, and Modern Appropriations*, edited by David Jeffreys, 153-170. London: UCL Press.
- Hunter, F. R. (1984). *Egypt Under the Khedives 1805-1879: From Household Government to Modern Bureaucracy*, Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.
- Isakhan, B. (2013). Heritage Destruction and Spikes in Violence: The Case of Iraq. In *Cultural Heritage in the Crosshairs: Protecting Cultural Property during Conflict*, edited by Joris D. Kila and James A. Zeidler, 219-247. Leiden: Brill.
- Iskandar, A. (2013). *Egypt in Flux: Essays on an Unfinished Revolution*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- Kandil, H. (2014). *Soldiers, Spies, and Statesmen: Egypt's Road to Revolt*. London: Verso Books. Second edition.
- Kershaw, I. (2008). *Hitler, the Germans, and the Final Solution*. New Haven: Yale University Press.
- Khalil, A. (2011). *Liberation Square: Inside the Egyptian Revolution and the Rebirth of a Nation*. New York: St. Martin's Griffin.
- Kokkinidou, D. & Nikolaidou, M. (2006). "On the Stage and Behind the Scenes: Greek Archaeology in Times of Dictatorship." In *Archaeology under Dictatorship*, edited by Michael L. Galaty and Charles Watkinson, 155-190. New York: Springer.
- Korany, B. & El-Mahdi, R. (2014). *Arab Spring in Egypt: Revolution and Beyond*, Cairo: The American University in Cairo Press.
- Lampridi, A. (2011). Egypt's National Interest: A 'Sociology of Power' Analysis. PhD diss., Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. [https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2013/hdl\\_10803\\_117451/al1de1.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2013/hdl_10803_117451/al1de1.pdf).
- Laurens, H. (1987). *Les origines intellectuelles de l'expédition d'Égypte: l'orientalisme islamisant en France (1698-1798)*, Istanbul: Editions Isis.
- Meskel, L. (1998). Archaeology Matters. In *Archaeology Under Fire: Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and the Middle East*, edited by Lynn Meskel, 1-12. London: Routledge.
- Mignolo, W. D. (1995). *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.
- Mignolo, W. D. (1999). I am where I think: Epistemology and the Colonial Difference. *Journal of Latin American Cultural Studies: Travesia* 8(2):235-245.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: The Rhetoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-Coloniality. *Cultural Studies* 21(2):449-514.

- Mignolo, W. D. (2012). *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press. Second edition.
- Mitchell, T. (1988). *Colonising Egypt*, Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Mitchell, T. (2002). *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, Berkeley: University of California Press.
- Mondal, A. A. (2003). *Nationalism and Post-Colonial Identity: Culture and Ideology in India and Egypt*, New York: Routledge.
- Morayef, S. (2016). Pharaonic Street Art: The Challenge of Translation. In *Translating Dissent: Voices From and With the Egyptian Revolution*, edited by M. Baker, 194-207. London: Routledge.
- Moreno García, J. C. (2009) From Dracula to Rostovtzeff or: The Misadventures of Economic History in Early Egyptology. In *Das Ereignis: Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund*, edited by Martin Fitzenreiter, 175-198. Internet-Beiträge zur Ägyptologie und Sudanarchäologie 10. London: Golden House Publications.
- Moreno García, J. C. (2015). The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 50-63. New York: Routledge.
- Munzi, M. (2006). Italian Archaeology in Libya: From Colonial Romanità to Decolonization of the Past. In *Archaeology Under Dictatorship*, edited by Michael L. Galaty and Charles Watkinson, 73-107. New York: Springer.
- Negri, A. & Hardt, M. (2000). *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Omar, H. (2015). The State of the Archive: Manipulating Memory in Modern Egypt and the Writing of Egyptological Histories. In *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*, edited by William E. Carruthers, 174-184. New York: Routledge.
- Osterhammel, J. & Jansen, J. C. (2012). *Kolonialismus: Geschichte, Formen, Folgen*. Beck'sche Reihe Wissen. München: C. H. Beck. Seventh revised edition.
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla. Views from the South* 1(3):533-580.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and Modernity / Rationality. *Cultural Studies* 21(2-3):168-178.
- Quirke, S. (2010). *Hidden Hands: Egyptian Workforces in Petrie Excavation Archives, 1880-1924*. London: Duckworth.

- Quirke, S. (2013). Exclusion of Egyptians in English-directed Archaeology 1882-1922 under British Occupation of Egypt. In *Ägyptologen und Ägyptologien zwischen Kaiserreich und Gründung der beiden deutschen Staaten: Reflexionen zur Geschichte und Episteme eines altertumswissenschaftlichen Fachs im 150. Jahr der Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde*, edited by Susanne Bickel, Hans-Werner Fischer-Elfert, Antonio Loprieno and Sebastian Richter, 379-405. *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumskunde Beihefte 1*. Berlin: Akademie Verlag.
- Reid, D. M. (1985). Indigenous Egyptology: The Decolonization of a Profession?. *Journal of the American Oriental Society* 105(2):233-246.
- Reid, D. M. (2002). *Whose Pharaohs? Archaeology, Museums, and Egyptian National Identity from Napoleon to World War I*. Berkeley: University of California Press.
- Reid, D. M. (2015). *Contesting Antiquity in Egypt: Archaeologies, Museums & the Struggle for Identities from World War I to Nasser*. Cairo: American University in Cairo Press.
- Riggs, C. (2013). Colonial Visions: Egyptian Antiquities and Contested Histories in the Cairo Museum. *Museum Worlds: Advances in Research* 1:65-84.
- Roussillon, A. (1998). Republican Egypt Interpreted: Revolution and Beyond. In *The Cambridge History of Egypt 2: Modern Egypt, from 1517 to the End of the Twentieth Century*, edited by Martin W. Daly, 343-393. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rowland, J. (2014). Documenting the Qufti archaeological workforce. *Egyptian Archaeology* 44:10-12.
- Schneider, T. (2013). Ägyptologen im Dritten Reich: Biographische Notizen anhand der sogenannten Steindorff-Liste. In *Egyptology from the First World War to the Third Reich*, edited by Thomas Schneider and Peter Raulwing, 120-247. Leiden: Brill.
- Selak, C. B. (1955). The Suez Canal Base Agreement of 1954. *The American Journal of International Law* 49(4):487-505.
- Sharp, J. M. (2016). *Egypt: Background and U.S. Relations*. Congressional Research Service RL33003. February 25. <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf>.
- Shenker, J. (2016). *The Egyptians: A Radical Story*. London: Allen Lane.
- Sheppard, K. L. (2010). Flinders Petrie and Eugenics at UCL. *Bulletin of the History of Archaeology* 20(1):16-29.
- Said, E. W. (1994). *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.
- Said, E. W. (2003). *Orientalism*. New York: Vintage Books. Twenty-fifth anniversary edition.

- The Cairo Post. (2015). Economic Conference Chooses 'Key of Life' as Symbol Last access May 25 2017.  
<http://thecairopost.youm7.com/news/140850/culture/economic-conference-chooses-key-of-life-as-symbol>.
- Tyerman, C. (2006). *God's War: A New History of the Crusades*. London: Penguin Books.
- Walker, A. (2012). Indigenous Egyptology: How the Egyptian People Reclaimed Their Cultural Heritage. Last access March 22 2015.  
[https://www.academia.edu/3658678/Indigenous\\_Egyptology\\_How\\_the\\_Egyptian\\_People\\_Reclaimed\\_their\\_Cultural\\_Heritage](https://www.academia.edu/3658678/Indigenous_Egyptology_How_the_Egyptian_People_Reclaimed_their_Cultural_Heritage).
- Weizman, E. (2011). *The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence from Arendt to Gaza*. London: Verso Books. EPUB edition.
- Wente, E. F. (2003). The Contendings of Horus and Seth. In *The Literature of Ancient Egypt: An Anthology of Stories, Instructions, Stelae, Autobiographies, and Poetry*, edited by William K. Simpson, 91-103. New Haven: Yale University Press.
- Winter, M. (1992). *Egyptian Society under Ottoman Rule, 1517-1798*, New York: Routledge.
- Woons, M. & Weier, S. (2014) (in print). *Borders, Borderthinking, Borderlands: Developing a Critical Epistemology of Global Politics*, Bristol: E-International Relations Publishing.
- Wynn, L. L. (2007). *Pyramids & Nightclubs: A Travel Ethnography of Arab and Western Imaginations of Egypt, from King Tut and a Colony of Atlantis to Rumors of Sex Orgies, Urban Legends about a Marauding Prince, and Blonde Belly Dancers*. Austin: University of Texas Press.
- Wynn, L. L. (2008). Shape Shifting Lizard People, Israelite Slaves, and Other theories of Pyramid Building: Notes on Labor, Nationalism, and Archaeology in Egypt. *Journal of Social Archaeology* 8(2):272-295.
- Žižek, S. (2009). *First as Tragedy, Then as Farce*. London: Verso Books.
- Žižek, S. (2011). *Living in the End Times*. London: Verso Books. Revised paperback edition.

## **THE INFORMAL COLONIALISM OF EGYPTOLOGY: FROM THE FRENCH EXPEDITION TO THE SECURITY STATE**

### ABSTRACT

This contribution is a critical review of the colonial history of the academic discipline of Egyptology. It traces the development of the field from its early days under European colonialism and intra-European geopolitical competition to the advent of Egyptian control in recent times. A vehicle for western interests in Northeast Africa, the exploration of Egypt's ancient past was framed as part of a civilizing mission where Europe would wrest Egypt from the claws of Ottoman domination and restore the land to its former greatness. Through the Christian Bible and the former Greek and Roman rule, Egypt was positioned as an early form of western civilization, therefore bolstering European claims over the area and enabling the appropriation of Egyptian history. European scholars, fostering the idea of ancient Egypt as a paternalist paradise lost, created a westernized and western-central framework for its study, which still inspires the standards of knowledge production today and shows in the geographic centers and primary languages of scholarly output. Egyptians, increasingly autonomous since the formal decolonization in the 1950s, subsequently adopted and retained the established practices when formal control over the Egyptian past went over to them. The colonial narratives of old were used to bolster tourism as a vital economy and went on to serve Egyptian nationalism and the legitimization of the existing power relations, framing Egyptian history as one of continuous strongman rule. The paper traces this transition from formal to informal colonialism while discussing it against decolonial concepts like the colonial matrix of power.

### KEYWORDS

History of Egyptology; coloniality; Eurocentrism.